

CONGRESSO: US\$ 3,3 MILHÕES PARA VIAGENS "Subvenção social"

A Câmara e o Senado receberam US\$ 3,3 milhões em 1992, a título de subvenção social do Orçamento Geral da União, para gastos com viagens de parlamentares ao exterior. Os deputados João Alves (PPR-BA), Genebaldo Correia (PMDB-BA) e Cid Carvalho (PMDB-MA), acusados de manipular dinheiro do Orçamento, foram beneficiados com viagens pagas com verba de subvenção social, uma rubrica que deveria destinar dinheiro a fundo perdido para entidades de assistência social a populações carentes. A Câmara recebeu US\$ 1,5 milhão e o Senado, US\$ 1,8 milhão.

O diretor-geral da Câmara, Ademar Sabino, disse que não há "problema nenhum" no fato de as viagens dos deputados e senadores serem pagas com dinheiro da subvenção social. "Políticos do mundo inteiro fazem viagens e, além disso, US\$ 1,5 milhão não é nada, porque só uma passagem para o Japão, por exemplo, custa US\$ 8 mil", disse. O deputado Paulo Bernardo (PT-PR), que fez uma pesquisa das subvenções da Câmara e Senado, reagiu indignado à declaração de Sabino. "Isso é uma imoralidade." Bernardo concorda que viagens dos políticos podem ser necessárias, mas acha que jamais o dinheiro deveria sair "camuflado" no Orçamento como subvenção social. "O Congresso tem que ser transparente com seus gastos."

Para o deputado José Genoíno (PT-SP), a Câmara dos Deputados deve "demitir Ademar Sabino" por causa de sua declaração de que "US\$ 1,5 milhão não é nada". "Isso desmoraliza a instituição e mostra absoluto desrespeito do diretor com o dinheiro do contribuinte e a imagem do Congresso". O valor gasto com viagens pela Câmara equivale, por exemplo, a ganhar 63 vezes o maior prêmio da Sena.

Arquivo/AE



Genebaldo